



RESULTADO DAS DILIGÊNCIAS

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº025/2023 - MODALIDADE CONCORRÊNCIA
PROCESSO INTERNO Nº1.877/2022

Em 01 (uma) folha, frente e verso.

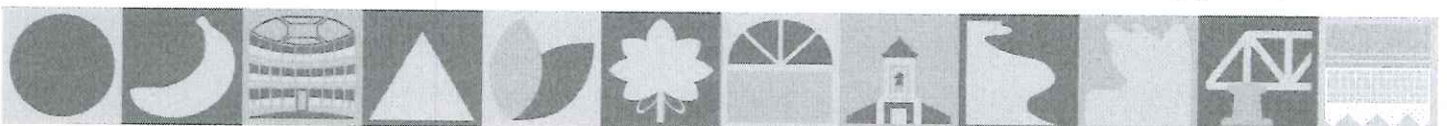
Em 18 de maio de 2023, às 11h00min, a Comissão Permanente de Licitação, devidamente designada pelo Prefeito Municipal de Sabará por meio da Portaria nº179/2022, reuniu-se na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Sabará para apurar o resultado das diligências realizadas, conforme informação registrada na Ata da Sessão – Habilitação, publicada no site da Prefeitura em 16 de maio de 2023, referente ao Edital de Licitação nº025/2023, na modalidade Concorrência, que tem como objeto a “Contratação de empresa do ramo para a conclusão das obras de construção da Maternidade de Sabará, localizada à Rodovia Marginal MGC 262, KM 7, nº 354, Bairro Nações Unidas, Sabará-MG, com o fornecimento de mão de obra e materiais, em atendimento ao SICONV nº 795506, contrato de Repasse nº 1012614-26/2013 – Ministério da Saúde, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.”. Com base no resultado das diligências realizadas (anexo) a Comissão declarou a licitante GC Engenharia e Construções LTDA **HABILITADA**, considerando o cumprimento da diligência relacionada ao item 8.1.3.7 do Edital e por apresentar documentações compatíveis com as exigências editalícias, quanto a habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, qualificações técnicas e econômico financeiras. A Licitante Construtora Mega LTDA EPP foi declarada **HABILITADA**, considerando o atendimento da regra prevista no item 8.1.3.3 do Edital, em conformidade com o art. 5º da IN RFB nº2003 de 18 de janeiro de 2021 e por apresentar documentações compatíveis com as exigências editalícias, quanto a habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, qualificações técnicas e econômico financeiras. Ato contínuo, por não haver renúncia das licitantes ao prazo recursal da fase de habilitação, nos termos do art. 109, I, a, da Lei nº8.666/93, a Comissão declarou aberto o prazo legal para apresentação das razões de recurso, sendo assegurada vista imediata dos autos do processo aos interessados. Eu, Jeyse Micaela Guimarães Silva, Membro da Comissão Permanente de Licitação, lavrei a presente ata que depois de lida, conferida e aprovada foi assinada por todos os presentes. Sabará, 18 de maio de 2023.


Demétrius Gil
Membro da Comissão de Licitação


Jeyse Micaela Guimarães Silva
Membro da Comissão de Licitação


Luiz Claudio Lopes
Membro da Comissão de Licitação


Paula Isabel Scoralick Lopes Cezário
Presidente da Comissão de Licitação



DILIGÊNCIA - Edital de Licitação nº025/2023 - Conclusão das obras da Maternidade de Sabará

Comissão de Licitação Municipal <licitacao@sabara.mg.gov.br>

Ter, 16/05/2023 14:16

Para: Gustavo Carvalho <gfcarvalho.gc@hotmail.com>

Cc: Secretaria Municipal de Administração <administracao@sabara.mg.gov.br>; Paula Scoralick <paulascoralick@sabara.mg.gov.br>; Luiz Lopes <luizlopes@sabara.mg.gov.br>

Prezados,

O documento apresentado pela sua empresa para comprovar a boa situação financeira, exigência prevista no item 8.1.3.7 do Edital de Licitação nº025/2023, modalidade concorrência (Conclusão das obras de construção da Maternidade de Sabará), **não constou o índice de endividamento geral (EG)**. Sendo assim, com fulcro no art. 43, §3º da Lei 8.666/93, bem como previsão expressa no item 17.6 do Instrumento Convocatório, **convocamos** a Licitante GC Engenharia e Construções LTDA para apresentar o referido documento constando a informação, no prazo de 24h (vinte e quatro horas), nos moldes da legislação vigente, sob pena de inabilitação no processo em referência.

A Ata do Edital em epígrafe já está disponível para consulta no site www.sabara.mg.gov.br e os autos do processo estão disponíveis para vistas na sala da Licitação.

Atenciosamente,

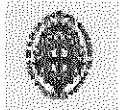
Paula Scoralick

--

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ

TELEFONE: 3672-7677 EMAIL: licitacao@sabara.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL
DE **SABARÁ**



Resposta Convocação

anne morato <annemorato@hotmail.com>

Ter, 16/05/2023 15:46

Para: Comissão de Licitação Municipal <licitacao@sabara.mg.gov.br>

📎 1 anexos (514 KB)

Demonstrativo Financeiro.pdf;

Prezados,

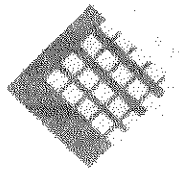
Segue em anexo documento solicitado.

Edital de Licitação nº025/2023, modalidade concorrência (Conclusão das obras de construção da Maternidade de Sabará)

Att,

Anne Morato

GC Engenharia e Construções Ltda.
31 992191806



GC - Engenharia

A Comissão de licitação

EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 025/2023
 MODALIDADE: CONCORRÊNCIA
 PROCESSO INTERNO Nº 1.877/2022

Em atendimento a solicitação publicada em Ata da Sessão – Habilitação, na data de hoje, a proponente GC Engenharia e Construções Ltda., CNPJ nº 03.755.066/0001-80, vem por meio desta esclarecer que as exigências do item 8.1.3.7 do referido edital, são contempladas no Balanço Patrimonial, apresentado no envelope de HABILITAÇÃO.

A saber:

DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE FINANCEIRA

O abaixo assinado, na qualidade de representante legal da Proponente GC Engenharia e Construções Ltda., CNPJ nº 03.755.066/0001-80, declara que a demonstração abaixo corresponde à sua situação financeira.

ILG= 2,19 SG= 2,60 ILC= 1,94 EG= 0,38

ILG: Liquidez Geral (Ativo Circulante+Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante+Exigível a Longo Prazo)

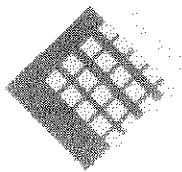
107.534,89 + 74.113,41
 55.502,16 + 27.282,69

SG: Solvência Geral (Ativo Total/Passivo Circulante+Exigível a Longo Prazo)

215.332,59
 55.502,16 + 27.282,69

Rua Piauí, nº 217 sala 201 - Bairro Santa Efigênia - B. Itaipó - MG - Cep:30.150-320
 Fone: (31) 98791-6064 - gfcavalho.g@bolmail.com

EC

**GC - Engenharia****ILC: Liquidez Corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante)**
$$\frac{107.534,89}{55.502,16}$$
EG: Endividamento Geral (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo / Ativo Total)
$$\frac{55.502,16 + 27.282,69}{215.332,59}$$

Declaramos que estes índices foram obtidos nos balanços do exercício de/2022 que se encontra no Envelope de nº 01 – Habilitação.

Belo horizonte, 16 de maio de 2023.

Gustavo Figueiredo de Carvalho

GC Engenharia e Construções Ltda.

Empresa: GC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
 Inscrição: 03.755.066/0001-80
 Período: 01/01/2022 - 31/12/2022

Página: 0001



COEFICIENTES DE ANÁLISES EM 31/12/2022

Coeficiente	Fórmula	Valor	Resultado
Índice de Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável Longo Prazo	107.534,89 + 74.113,41	2,19
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	55.502,16 + 27.282,69	
Índice de Liquidez Corrente	Ativo Circulante	107.534,89	1,94
	Passivo Circulante	55.502,16	
Índice de Solvência Geral	Ativo	215.332,59	2,60
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	55.502,16 + 27.282,69	

Gustavo
 GUSTAVO FIGUEIREDO DE CARVALHO
 EMPREENDEDOR INDIVIDUAL
 CPF: 837.753.316-20

Assinado de forma digital por
 LUIZ AMAURILIO DE
 JESUS:29513561615
 Data: 2023.04.12 15:28:50 -0300
 Luiz Amaurilio de Jesus
 Reg. no CRC - MG sob o No. TC 95.629

Empresa: GC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
 Inscrição: 03.755.066/0001-80
 Período: 01/01/2022 - 31/12/2022

Página: 0001

COEFICIENTES DE ANÁLISES EM 31/12/2022

Coeficiente	Fórmula	Valor	Resultado
Índice de Endividamento Geral	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	55.502,16 + 27.282,69	0,38
	Passivo Total	215.332,59	

Gustavo
 GUSTAVO FIGUEIREDO DE CARVALHO
 EMPREENDEDOR INDIVIDUAL
 CPF: 837.753.316-20

Assinado de forma digital por
 LUIZ AMAURILIO DE
 JESUS:29513561615
 Data: 2023.05.16 15:09:41 -0300
 Luiz Amaurilio de Jesus
 Reg. no CRC - MG sob o No. TC 95.629

**NORMAS****Visão Multivigente****INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2003, DE 18 DE JANEIRO DE 2021**

(Publicado(a) no DOU de 20/01/2021, seção 1, página 46)

Dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD).

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 11 da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, e no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD) a que são obrigadas as pessoas jurídicas, inclusive as equiparadas, e sobre a forma e o prazo de sua apresentação.

Art. 2º A ECD compreenderá a versão digital dos seguintes livros:

I - Diário e seus auxiliares, se houver;

II - Razão e seus auxiliares, se houver; e

III - Balancetes Diários e Balanços, e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

Parágrafo único. Os livros contábeis e documentos mencionados no caput devem ser assinados digitalmente, com certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital.

Art. 3º Deverão apresentar a ECD as pessoas jurídicas, inclusive as equiparadas e as entidades imunes e isentas, obrigadas a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial.

§ 1º A obrigação a que se refere o caput não se aplica:

I - às pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II - aos órgãos públicos, às autarquias e às fundações públicas;

III - às pessoas jurídicas inativas, assim consideradas aquelas que não tenham efetuado qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira, inclusive aplicação no mercado financeiro ou de capitais, durante todo o ano-calendário, as quais devem cumprir as obrigações acessórias previstas na legislação específica;

IV - às pessoas jurídicas imunes e isentas que auferiram, no ano-calendário, receitas, doações, incentivos, subvenções, contribuições, auxílios, convênios e ingressos assemelhados cuja soma seja inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) ou ao valor proporcional ao período a que se refere a escrituração contábil;

V - às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido que cumprirem o disposto no parágrafo único do art. 45 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995; e

VI - à entidade Itaipu Binacional, tendo em vista o disposto no art. XII do Decreto nº 72.707, de 28 de agosto de 1973.

§ 2º As exceções a que se referem os incisos I e V do § 1º não se aplicam à microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha recebido aporte de capital na forma prevista

nos arts. 61-A a 61-D da Lei Complementar nº 123, de 2006.

§ 3º A exceção a que se refere o inciso V do § 1º não se aplica às pessoas jurídicas que distribuírem parcela de lucros ou dividendos sem incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) em montante superior ao valor da base de cálculo do imposto sobre a renda apurado, diminuída dos impostos e das contribuições a que estiverem sujeitas.

§ 4º As pessoas jurídicas do segmento de construção civil dispensadas de apresentar a Escrituração Fiscal Digital do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação e do Imposto sobre Produtos Industrializados (EFD ICMS/IPI) ficam obrigadas a apresentar o livro Registro de Inventário na ECD, como livro auxiliar.

§ 5º Deverão apresentar a ECD em livro próprio:

I - as Sociedades em Conta de Participação (SCP), quando enquadradas na condição de obrigatoriedade de apresentação da ECD estabelecida no caput;

II - as pessoas jurídicas domiciliadas no País que mantiverem no exterior recursos em moeda estrangeira relativos ao recebimento de exportação, de que trata o art. 8º da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006; e

III - as Empresas Simples de Crédito (ESC) de que trata a Lei Complementar nº 167, de 24 de abril de 2019.

§ 6º As pessoas jurídicas que não estejam obrigadas a apresentar a ECD podem apresentá-la de forma facultativa, inclusive para atender ao disposto no art. 1.179 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

§ 7º Os consórcios de empresas instituídos na forma dos arts. 278 e 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, quando possuírem inscrição própria no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), poderão entregar a ECD de forma facultativa.

Art. 4º A ECD deve ser gerada por meio do Programa Gerador de Escrituração (PGE), desenvolvido pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e disponibilizado na Internet, no endereço <http://sped.rfb.gov.br>.

Parágrafo único. O PGE dispõe de funcionalidades para criação, edição, importação, validação, assinatura, visualização, transmissão, recuperação do recibo de transmissão, entre outras, a serem utilizadas no processamento da ECD.

Art. 5º A ECD deve ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração. (Vide Instrução Normativa RFB nº 2023, de 28 de abril de 2021) (Vide Instrução Normativa RFB nº 2082, de 18 de maio de 2022)

§ 1º O prazo para entrega da ECD será encerrado às 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, do dia fixado para entrega da escrituração.

§ 2º A ECD transmitida no prazo previsto no caput será considerada válida depois de confirmado seu recebimento pelo Sped.

§ 3º Nos casos de extinção da pessoa jurídica, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, a ECD deve ser entregue pela pessoa jurídica extinta, cindida, fusionada, incorporada e incorporadora, observados os seguintes prazos: (Vide Instrução Normativa RFB nº 2082, de 18 de maio de 2022)

I - se o evento ocorrer no período compreendido entre janeiro a abril, a ECD deve ser entregue até o último dia útil do mês de maio do mesmo ano; e (Vide Instrução Normativa RFB nº 2023, de 28 de abril de 2021)

II - se o evento ocorrer no período compreendido entre maio a dezembro, a ECD deve ser entregue até o último dia útil do mês subsequente ao do evento. (Vide Instrução Normativa RFB nº 2023, de 28 de abril de 2021)

§ 4º A obrigação prevista no § 3º não se aplica à incorporadora nos casos em que esta e a incorporada estavam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

Art. 6º A autenticação dos livros e documentos que integram a ECD das empresas

mercantis e atividades afins subordinadas às normas gerais prescritas na Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, será comprovada pelo recibo de entrega da ECD emitido pelo Sped, dispensada qualquer outra autenticação.

Art. 7º A autenticação exigível para fins tributários de livros contábeis das pessoas jurídicas não sujeitas ao Registro do Comércio poderá ser feita pelo Sped por meio de apresentação da ECD.

Parágrafo único. A autenticação dos livros contábeis digitais de que trata o caput será comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo Sped, dispensada qualquer outra forma de autenticação, nos termos do Decreto nº 9.555, de 6 de novembro de 2018.

Art. 8º A ECD autenticada somente pode ser substituída caso contenha erros que não possam ser corrigidos por meio de lançamento contábil extemporâneo, conforme previsto nos itens 31 a 36 da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2000 (R1) - Escrituração Contábil, do Conselho Federal de Contabilidade, publicada em 12 de dezembro de 2014.

§ 1º Na hipótese de substituição da ECD, sua autenticação será cancelada e deverá ser apresentada ECD substituta, à qual deve ser anexado o Termo de Verificação para Fins de Substituição, o qual conterá:

I - a identificação da escrituração substituída;

II - a descrição pormenorizada dos erros;

III - a identificação clara e precisa dos registros com erros, exceto quando estes decorrerem de erro já descrito;

IV - autorização expressa para acesso às informações pertinentes às modificações por parte do Conselho Federal de Contabilidade; e

V - a descrição dos procedimentos pré-acordados executados pelos auditores independentes, quando estes julgarem necessário.

§ 2º O Termo de Verificação para Fins de Substituição deve ser assinado pelo profissional da contabilidade que assina os livros contábeis substitutos e também pelo auditor independente, no caso de demonstrações contábeis auditadas por este.

§ 3º O profissional da contabilidade que não assina a escrituração poderá manifestar-se no Termo de Verificação para Fins de Substituição de que trata o § 1º, desde que a manifestação se restrinja às modificações nele relatadas.

§ 4º A substituição da ECD prevista no caput só poderá ser feita até o fim do prazo de entrega da ECD relativa ao ano-calendário subsequente.

§ 5º São nulas as alterações efetuadas em desacordo com este artigo ou com o Termo de Verificação para Fins de Substituição.

Art. 9º A apresentação dos livros digitais de acordo com o disposto nesta Instrução Normativa supre:

I - em relação às mesmas informações, a exigência contida na Instrução Normativa SRF nº 86, de 22 de outubro de 2001;

II - a obrigação de escriturar o livro Razão ou as fichas utilizados para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no livro Diário, prevista no art. 14 da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991; e

III - a obrigação de transcrever, no livro Diário, o Balancete ou o Balanço de Suspensão ou a Redução do Imposto de que trata o art. 35 da Lei nº 8.981, de 1995.

Art. 10. Os usuários do Sped a que se refere o art. 3º do Decreto nº 6.022, de 2007, terão acesso às informações relativas à ECD disponíveis no ambiente nacional do Sped.

§ 1º O acesso ao ambiente nacional do Sped fica condicionado à autenticação mediante certificado digital emitido por entidade credenciada pela ICP-Brasil.

§ 2º O acesso a que se refere o caput será realizado com observância das seguintes regras:

I - será restrito às informações pertinentes à competência do usuário;

II - o usuário deve guardar, quanto às informações a que tiver acesso, os sigilos

comercial, fiscal e bancário de acordo com a legislação respectiva; e

III - será realizado na modalidade integral para cópia do arquivo da escrituração, ou na modalidade parcial para cópia e consulta à base de dados agregados, que consiste na consolidação mensal de informações de saldos contábeis e nas demonstrações contábeis.

§ 3º Para realizar o acesso na modalidade integral, o usuário do Sped deverá ter iniciado procedimento fiscal dirigido à pessoa jurídica titular da ECD ou que tenha por objeto fato a ela relacionado.

§ 4º O acesso previsto no caput também será permitido à pessoa jurídica em relação às informações por ela transmitidas ao Sped.

§ 5º Será mantido no ambiente nacional do Sped, pelo prazo de 6 (seis) anos, o registro dos eventos de acesso, que conterà:

- I - a identificação do usuário;
- II - a identificação da autoridade certificadora emissora do certificado digital;
- III - o número de série do certificado digital;
- IV - a data e a hora da operação; e
- V - a modalidade de acesso realizada, de acordo com o inciso III do § 2º.

§ 6º As informações sobre o acesso à ECD ficarão disponíveis para o seu titular no ambiente nacional do Sped.




Art. 11. A pessoa jurídica que deixar de apresentar a ECD nos prazos fixados no art. 5º, ou que apresentá-la com incorreções ou omissões, fica sujeita às multas previstas no art. 12 da Lei nº 8.218, de 1991, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis, aplicáveis inclusive aos responsáveis legais.


Parágrafo único. As multas a que se refere o caput não se aplicam à pessoa jurídica não obrigada a apresentar ECD nos termos do art. 3º, inclusive à que a apresenta de forma facultativa ou esteja obrigada por força de norma expedida por outro órgão ou entidade da administração pública federal direta ou indireta que tenha atribuição legal de regulação, normatização, controle e fiscalização.

Art. 12. A Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis) editará as normas complementares necessárias à aplicação do disposto nesta Instrução Normativa, em especial para:

- I - estabelecer regras de validação aplicáveis aos campos, registros e arquivos;
- II - instituir tabelas de códigos internas ao Sped; e
- III - criar as fichas de lançamento a que se refere o inciso III do caput do art. 2º.

Art. 13. Ficam revogadas:

- I - a Instrução Normativa RFB nº 1.774, de 22 de dezembro de 2017; 
- II - a Instrução Normativa RFB nº 1.856, de 13 de dezembro de 2018; e 
- III - a Instrução Normativa RFB nº 1.894, de 16 de maio de 2019. 

Art. 14. Esta Instrução Normativa será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 1º de fevereiro de 2021. 

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO

*Este texto não substitui o publicado oficialmente.

Data da consulta: 17/05/2023 14:10:57

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **01.193.658/0001-20**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **CONSTRUTORA MEGA LTDA EPP**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **NÃO optante pelo Simples Nacional**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

[+ Mais informações](#)

[Voltar](#)

[Gerar PDF](#)